INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS - *CAMPUS* PORTO NACIONAL
CURSO DE GRADUAÇÃO DE TECNOLOGIA EM LOGÍSTICA

NABLA VANESSA ALVES DA LUZ

A TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E O ACESSO À INFORMAÇÃO EM CONTEXTOS DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS EM MUNICÍPIOS TOCANTINENSES

PORTO NACIONAL - TO
2019

NABLA VANESSA ALVES DA LUZ

A TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E O ACESSO À INFORMAÇÃO EM CONTEXTOS DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS EM MUNICÍPIOS TOCANTINENSES

Trabalho apresentado à coordenação do curso de Tecnologia em Logística, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – *Campus* Porto Nacional como requisito para obtenção do título de Tecnóloga em Logística.

Orientadora: Ma. Lucivania Pereira Gloria.
Coorientador: Me. Lucas Braga da Silva

PORTO NACIONAL - TO
2019

NABLA VANESSA ALVES DA LUZ

A TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E O ACESSO À INFORMAÇÃO EM CONTEXTOS DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS EM MUNICÍPIOS TOCANTINENSES

Trabalho apresentado à coordenação do curso de Tecnologia em Logística, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – *Campus* Porto Nacional como requisito parcial de obtenção do título de Tecnóloga em Logística.

Aprovada em: __/__/__

_____

Ma. Lucivânia Pereira Gloria (Orientadora)
Instituto Federal do Tocantins

_____

Me. Lucas Braga da Silva (Coorientador)
Universidade Federal do Tocantins

_____

Me. Millena Formiga Adrianna Dias Bernardeli (Membro de banca)
Instituto Federal do Tocantins

_____

Me. Edilson Leite de Sousa (Membro de banca)
Instituto Federal do Tocantins

RESUMO

Considerando a transparência pública e o acesso à informação sobre a implementação da política de resíduos sólidos em municípios brasileiros, objetiva-se avaliar a estrutura da transparência pública e do acesso à informação relativos à gestão de resíduos sólidos urbanos em sites institucionais de secretarias de meio ambiente de municípios tocantinenses. Para tanto, procedeu-se com pesquisa de abordagem qualitativa com análise documental em sites governamentais de seis municípios deste estado. Desse modo, observa-se que a transparência pública e o acesso à informação no contexto da gestão de resíduos sólidos urbanos tocantinenses encontram-se muito precários, devido à ausência de dados e informações direcionadas especificamente à respectiva secretaria ambiental, o que permite inferir que o controle social realizado por estes municípios está distante de um nível ótimo de qualidade.

Palavras-chave: Transparência pública. Informação. Resíduos sólidos.

ABSTRACT

Considering public transparency and access to information on the implementation of solid waste policy in Brazilian municipalities, the objective is to evaluate the structure of public transparency and access to information related to urban solid waste management on institutional sites of environmental secretariats. from Tocantins municipalities. To this end, we proceeded with a qualitative approach research with documentary analysis in government sites of six municipalities of this state. Thus, it is observed that public transparency and access to information in the context of Tocantins urban solid waste management are very poor due to the absence of data and information specifically directed to the respective environmental department, which allows us to infer that the control social performance by these municipalities is far from an optimal level of quality.

Keywords: Public transparency. Information. Solid waste.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 7
2. REVISÃO DE LITERATURA 10
2.1 Plataforma governo eletrônico na gestão pública 10
2.2 Informação na Gestão Pública 11
2.3 Transparência na gestão Pública 13
2.4 Resíduos Sólidos Urbanos 15
3. METODOLOGIA 18
4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS COLETADOS 20
4.1 Transparência pública 20
4.1.1 Arrecadação do município para a gestão de resíduos sólidos urbanos 20
4.1.2 Gastos públicos com resíduos sólidos 20
4.2 Informações governamentais 20
4.2.1 Indicadores sociais, econômicos e ambientais dos municípios 20
4.2.2 Legislação ligada a resíduos sólidos em nível nacional, estadual e municipal 21
4.2.3 Plano da área de resíduos sólidos em nível nacional, estadual e municipal 21
4.2.4 Agenda de eventos da secretaria 21
4.2.5 Autoridades Responsáveis pela secretaria 22
4.2.6 Programas Governamentais da área de resíduos sólidos 22
4.2.7 Painel de notícias 22
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 24
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 26

1. INTRODUÇÃO

A globalização, as inovações tecnológicas e a conectividade da sociedade em distintas redes trouxeram novas perspectivas para as práticas de gestão de empresas públicas e privadas. Em contextos de competitividade acirrada, as empresas privadas têm utilizado dos recursos de tecnologia de informação e comunicação, a fim de que se mantenham no mercado e atendam ao nível de serviço exigido pelo cliente. A administração pública de modo geral também está inserida neste contexto de inclusão das tecnologias de informação e comunicação na prestação de serviços aos públicos atendidos pelas agências governamentais e, ainda, a desburocratização de algumas das práticas de gestão (LUCIANO, 2014).

As inovações tecnológicas estão alterando os padrões de relacionamento do governo com a sociedade. A administração pública contemporânea, de modo voluntário ou reagindo a estímulos, vem se tornando mais sensível a essas mudanças. No entanto, a utilização e a adaptação de técnicas oriundas do setor privado têm sido frequentes em função da dimensão e complexidade das atividades desenvolvidas pelo setor púbico. Dessa forma, soluções inovadoras estão surgindo dentro das próprias organizações públicas (BALBE, 2010).

A necessidade de plataformas digitais para agilizar os serviços prestados e garantir a otimização de tempo e recursos é cada vez mais presente nas organizações públicas. Isso, porque a administração pública procura deixar as informações e outros dados governamentais de acesso público mais transparente e acessível para a sociedade em geral. A publicidade de dados, proporcionada pelas tecnologias de informação e comunicação, corrobora para a participação de atores sociais distintos nas decisões públicas, na acessibilidade a serviços e no controle social por parte da sociedade (LUCIANO, 2014).

Alguns autores consideram que a tecnologia da informação (TI) pode ser vista como um conjunto de recursos tecnológicos e computacionais destinados à manipulação, coleta, armazenamento e processamento de dados ou informações de organizações ou até mesmo pessoas. Em outras palavras, a tecnologia da informação possibilita o desenvolvimento de sistemas de informações através dos recursos computacionais. Existe uma vasta variedade de tecnologias emergentes que se estabelecem rapidamente de forma definitiva em uma gama de atividades públicas e privadas (REZENDE; GUAGLIARDI, 2005).

Para Rezende e Frey (2009) é em um contexto de intensas transformações tecnológicas decorrentes da acessibilidade da sociedade em geral à internet que a administração pública brasileira reinventa as práticas de gestão cotidianas. Neste contexto, a prestação de alguns serviços ocorre sem a necessidade de presença física nas agências governamentais. Isso, porque a partir de 2000 a máquina estatal passa a disponibilizar dados e informações de interesse público através de plataformas eletrônicas denominadas de governo eletrônico.

Ainda Rezende e Frey (2009) destacam que a administração estratégica, as tecnologias de informação e comunicação aplicadas na governança e democracia eletrônica facilitam a participação dos cidadãos na gestão. Isso porque possibilita maior interatividade entre os grupos da sociedade e também garante uma gestão participativa e transparente; além de viabilizar a ampliação da participação pública e o fortalecimento da democracia e das redes de relacionamentos entre governantes e governados.

Problemas como o crescente número de lixões a céu aberto, ausência de dados e informações sobre destinos adequados dos resíduos sólidos, poluição dos solos, da água e do ar resultaram na criação da Lei nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Um importante instrumento da política é o acesso à informação que deve considerar a publicidade de dados sobre a gestão e o gerenciamento de resíduos sólidos em todo o território brasileiro. Esse tipo de publicidade pode ser proporcionado por meio de dados e informações disponibilizados pelo Sistema Nacional de Informações Sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SINIR) (BRASIL, 2010).

Para Mello (2019), a grande concentração de pessoas em áreas urbanas contribui para o constante aumento e acúmulo de resíduos sólidos urbanos, somado ao seu manejo inadequado, que por vezes é inexistente e responsável por problemas sociais, de saúde pública e ambiental. A circunstância é agravada quando o lixo não recebe o destino correto, devido às deficiências de gestão dos municípios. A maior parte das cidades brasileiras, quando apresentam um serviço de coleta convencional, não antecipa a segregação dos resíduos na fonte, não prioriza a coleta seletiva e nem a reciclagem.

A pesquisa problematiza o seguinte questionamento: Como as secretarias de meio ambiente dos municípios tocantinenses estruturam a transparência pública e o acesso à informação na gestão de resíduos sólidos urbanos?

Em linhas gerais, a pesquisa se justifica porque a transparência de dados públicos e o acesso à informação, disponibilizado pelas plataformas digitais em contextos de gestão de resíduos sólidos urbanos, corrobora para inibir as práticas de gestão ambientalmente inadequadas dos municípios tocantinenses.

A partir do problema apresentado, a presente pesquisa busca, de modo geral, avaliar a estrutura da transparência pública e do acesso à informação relativos à gestão de resíduos sólidos urbanos em sites institucionais de secretarias de meio ambiente de municípios tocantinenses. Isto se desdobrou em dois objetivos específicos: identificar as estratégias de transparência pública adotadas pelas secretarias de meio ambiente de municípios tocantinenses e verificar a disponibilidade de informações ligadas a gestão de resíduos sólidos urbanos nos respectivos municípios.

Além desta parte introdutória da pesquisa, que apresenta abordagens gerais sobre acesso à informação, transparência pública e resíduos sólidos, também conta com a revisão de literatura dos temas tratados na introdução, bem como os procedimentos metodológicos, a análise e discussão dos dados e, por fim, as considerações finais.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Plataforma governo eletrônico na gestão pública

A premissa do governo eletrônico surgiu a partir da respectiva evolução das tecnologias de informação e comunicação, em especial a internet, que serve como ferramenta para promover a proximidade do relacionamento da administração pública com a sociedade e vice e versa.

Para Medeiros e Guimarães (2006), a internet é um instrumento importante para impulsionar o desenvolvimento do programa governo eletrônico pelas agências governamentais brasileiras. Isso porque a internet possibilita maior aproximação entre os governantes e os governados e a desburocratização dos serviços e informações prestadas à sociedade.

De acordo com Medeiros e Guimarães (2006), o governo eletrônico pode ser definido como um programa que disponibiliza serviços governamentais e a publicidade de informações à sociedade em geral por intermédio das tecnologias de informação e comunicação. Diniz et al. (2009) consideram que a existência deste programa é datada dos anos 2000 e, que a partir desta data, novas políticas, diretrizes e normas foram arquitetadas, tendo em vista a melhoria dos serviços governamentais ofertados pela internet.

A implantação de plataformas de governo eletrônico representa à modernização da administração pública brasileira através de tecnologias de informação e comunicação adotadas nos procedimentos operacionais e administrativos neste contexto. Em termos teóricos, esta plataforma possibilita a melhoria dos procedimentos organizacionais, a prestação de serviços online e ainda garante a democracia (DINIZ et al., 2009).

Para Prado e Loureiro (2006), a demanda por informação e transparência aumentou nos últimos anos; os novos meios de informação representados pelo governo eletrônico ampliaram a possibilidade de disponibilizar informações públicas. Ainda estes mesmos autores consideram que é fundamental que os governantes tornem públicos não só os próprios atos, mas também disponibilizem informações respectivas aos processos organizacionais da administração pública, de forma a tornar o governo cada vez mais transparente.

Silva e Rover (2010) destacam que a administração pública vem implementando projetos com ênfase em ações voltadas para o uso das tecnologias

de informação e comunicação, para impulsionar a cidadania e estabelecer ligações mais próximas com sociedade em geral.

Przeybilovicz, Cunha e Meirelles (2018) afirmam que os governos têm considerado as tecnologias de informação e comunicação como ferramentas importantes para atingir metas, assim como a melhoria da qualidade dos serviços públicos, menores custos e aumento da transparência.

A literatura que trata de governo eletrônico apresenta inúmeras discussões e escritas sobre o tema, mas algo que todas têm em comum, assim como destaca Dias (2012), é que a maior parte delas considera as tecnologias de informação e comunicação como um instrumento importante para impulsionar melhorias na qualidade e na acessibilidade dos serviços públicos prestados à sociedade em geral.

2.2 Informação na Gestão Pública

Em meio a um mundo em plena globalização e avanços tecnológicos, as empresas públicas, privadas e do terceiro setor que têm a informação aos seus lados, possuem um diferencial competitivo que garante a alimentação dos sistemas organizacionais. Visto essa necessidade, as instituições governamentais também precisam da informação ao seu lado, para que a população esteja mais presente nas discussões públicas.

Os gestores públicos vêm percebendo a necessidade do planejamento tático e operacional para a prosperidade dos resultados esperados pelas diversas agências governamentais, isto é, apenas planejar não é suficiente, se o resultado não corresponder a um produto de qualidade, sob o ponto de vista do cliente/cidadão (TRAPP, 2011).

Segundo Nepomuceno e Fogaça (2018), as ferramentas de gestão pública devem permitir que a população entendesse como funciona o governo, quais recursos financeiros encontram-se disponíveis, como estão sendo usados e como poderiam estar sendo empregados. Da mesma forma, Albuquerque; Silva e Sousa (2017) afirmam que atualmente a sociedade é caracterizada pelo fomento da informação, uma era digital que tem como instrumento principal o conhecimento eletrônico, sendo considerado um paradigma de mudança social por atingir setores de atuação da administração pública.

De acordo com Trapp (2011), a gestão pública, orientada para resultados, além de outros aspectos, visa à satisfação das partes interessadas nesses serviços e deve buscar o incremento de sua comunicação com os membros da sociedade, para propiciar melhorias constantes no planejamento, execução e controle das ações governamentais.

Santana Junior et al. (2009) ressaltam que, apesar desse amplo direito de acesso à informação garantido constitucionalmente à sociedade, a sua efetividade depende da agilidade e dos custos dos meios fornecidos pela administração pública em tornar essa norma mais efetiva. A internet, dentro desse conceito de governo eletrônico, pode produzir as condições necessárias para que a população obtenha, através de tecnologias de informação, o aprimoramento do seu exercício de cidadania.

A informação na gestão pública gera oportunidades tanto administrativa como social, conforme afirma Luciano e Carniello (2014); em específico, gera potencialmente novas oportunidades em todos os atos de governo, como disponibilização de informação, melhoria no fluxo e execução dos processos internos, relacionamento com fornecedores, além de permitir a criação de um canal de comunicação e diálogo com os cidadãos.

Luciano (2014) afirma que as tecnologias de informação e comunicação, se bem usadas, podem ser uma ferramenta de apoio à administração pública, pois permitem a disponibilização de vários serviços para o cidadão, de tal forma que a comunicação governamental se torne transparente.

Ainda segundo Luciano (2014), o uso da infraestrutura e de recursos e serviços oferecidos pelas tecnologias são meios adequados para que a gestão pública possa disponibilizar informações para a população, o que é um aspecto fundamental da gestão participativa, embora o simples uso dos recursos oferecidos por elas não é condição suficiente para a construção de uma gestão pública democrática.

Conforme Luciano (2014), deve-se atentar para o fato da exclusão digital no Brasil, pois se sabe que, mesmo com toda a ostentação tecnológica existente, com um amplo número de residências brasileiras com acesso à internet e à televisão, tem-se a plena consciência que muitos cidadãos brasileiros são analfabetos digitalmente.

Luciano (2014) destaca que no âmbito das tecnologias de comunicação existe uma intensificação no fluxo da informação, que passa a operar em redes digitais. Com relação ao Estado brasileiro, o processo de redemocratização, alavancado fortemente pela Constituição de 1988, estimulou a sociedade a pressionar a gestão pública à transparência das informações.

A informação é um direito público de todos os cidadãos e resguardado pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. A respectiva legislação é destinada a assegurar o direito constitucional de acesso à informação e deve ser executada em conformidade com os princípios básicos da administração pública e a observância de diretrizes de publicidade. A publicidade de dados deve garantir a divulgação de informações a todos os públicos atendidos por determinada organização pública; os dados e informações devem ser disponibilizados por meio de canais midiáticos, viabilizados pelas tecnologias de informação, comunicação, transparência pública e o controle social devem ser fomentados pela administração pública (BRASIL, 2011).

2.3 Transparência na gestão Pública

A transparência na gestão pública é um recurso muito importante para que a população possa estar sempre atenta ao que acontece na administração pública e como estão sendo alocados os recursos públicos.

Nas últimas décadas, segundo Mendes; Oleiro e Quintana (2008), com a globalização e a rápida evolução da área de tecnologia da informação, a administração pública federal brasileira sofreu diversas transformações, como a implantação de sistemas integrados de gestão para assim cuidar da sobrevivência da empresa, controlar as atividades, integrar os departamentos e atender as exigências de fiscalização das atividades públicas, auxiliando assim, os controles internos e externos e, por consequência, buscando uma maior transparência e controle social.

Mediante o exposto, a sociedade passou a se organizar, criando organizações não governamentais, grupos específicos da sociedade civil, entre outras, para exigir seus direitos constitucionais, bem como uma maior transparência na administração pública (MENDES; OLEIRO; QUINTANA; 2008).

De acordo com Bairral; Silva e Alves (2015), a transparência é um componente da comunicação entre cidadão e gestão pública; um contrato social tácito em que, no aspecto da clássica teoria da agência, o principal (cidadão) delega ao agente (gestor público) uma atividade de seu interesse e monitora sua realização.

Campos; Paiva e Gomes (2013) afirmam que a transparência é composta pelo princípio da publicidade e pelos subprincípios da motivação e participação pública na gestão administrativa, uma vez que todos apontam para a visibilidade da performance administrativa, que causa a produção de regras, procedimentos e leis, como, por exemplo, a Lei de Responsabilidade Fiscal, dada pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

A transparência é um dos princípios da governança pública e a população tem cobrado cada vez mais uma postura ética e transparente dos negócios públicos. Por isso, há necessidade de aperfeiçoar os mecanismos de transparência de informações acerca da gestão. A participação popular na administração pública e o princípio da transparência apresentam várias finalidades como, racionalidade na tomada de decisões, controle e fiscalização social, legitimidade na condução de negócios públicos e reformulação das relações entre o estado e sociedade (CRUZ et al, 2012).

A transparência é considerada um conceito mais amplo do que somente publicidade; isso porque uma informação pode ser pública, mas não ser relevante, confiável, tempestiva e compreensível. Mais do que garantir o atendimento das normas legais, as iniciativas de transparência na administração pública constituem uma política de gestão responsável que favorece o exercício da cidadania pela sociedade (NETO PLAT et al., 2007). É necessário que as informações disponibilizadas sejam capazes de comunicar o real sentido que expressam, de modo a não parecerem enganosas e que sejam apresentadas com linguagem clara e objetiva (CRUZ et al, 2012).

O portal da transparência está formatado como canal de entrada aberta, permitindo que qualquer pessoa possa livremente acessar, sem o uso de senhas ou preenchimento de cadastro para sua identificação e para obter informações de fácil entendimento. Os dados provenientes dos ministérios, secretarias e de outros órgãos da administração pública municipal, federal ou estadual, são atualizados constantemente para melhor transmissão de informações (LOUREIRO; TEIXEIRA; PRADO, 2008).

De acordo com Santana Junior et al. (2009), percebe-se que a principal contribuição que o uso da internet pode trazer para a exposição das ações governamentais é a redução do custo do exercício da cidadania, uma vez que o cidadão terá a oportunidade de despender uma quantidade menor de tempo e dinheiro para a aquisição das informações do seu interesse, consolidando os fundamentos de uma sociedade democrática e plural.

Figueiredo e Santos (2013) afirmam que, para que a população acredite no setor público, faz necessário que este tenha condições de exercer algum tipo de controle sobre a utilização dos recursos públicos, porém para que isto aconteça é indispensável que receba informações sobre, como, quanto, quando e onde os gestores estão aplicando os recursos. Uma sociedade participativa e consciente da atuação dos seus representados desempenha, de forma mais satisfatória, o exercício da democracia, quando tem o livre arbítrio de opinar e fiscalizar os gastos públicos.

Através da Lei Complementar n° 131, de 27 de maio de 2009, é assegurado à sociedade em geral o direito a transparência pública das atividades desenvolvidas pela administração pública brasileira. A respectiva transparência deve ser assegurada por meio de participação popular, realização de audiências públicas, apresentação de dados financeiros, orçamentários, variados meios eletrônicos e a disponibilidade de dados e informações para que a sociedade tenha conhecimento das atividades desenvolvidas (BRASIL, 2009).

Cruz et al. (2012) consideram que é por meio do acesso às informações governamentais para a sociedade e organizações que a transparência se torna eficaz, levando cada vez mais a um relacionamento mais próximo entre estado e a sociedade civil, trazendo segurança e visibilidade de informações às pessoas.

2.4 Resíduos Sólidos Urbanos

Com o crescente aumento e concentração populacional em regiões urbanas, com processo de industrialização e o incentivo ao consumo, como maneira de se encaixar na sociedade moderna, os problemas ambientais, de saúde pública e os problemas sociais se agravam, pois, com isso, aumenta a produção de resíduos sólidos urbanos e nem sempre estes são tratados de maneira adequada, em muitos casos depositados em lixões a céu aberto sem nenhum tratamento.

De acordo com Cortez (2016, p. 3), os resíduos sólidos urbanos podem ser definidos como todos aqueles “provenientes de atividades domésticas em residências e os da varrição, limpeza de ruas e vias públicas, além de outros serviços de limpeza urbana”. Pode-se dizer, conforme os apontamentos da mesma autora, que “ao longo do tempo esses resíduos sofreram alterações quantitativas e qualitativas, entretanto, sua gestão não vem acompanhando a evolução das tecnologias de produção”.

A circunstância é agravada quando o lixo não recebe o destino correto, devido às deficiências de gestão dos municípios. A maior parte das cidades brasileiras, quando apresentam um serviço de coleta convencional, não antecipa a segregação dos resíduos na fonte, não prioriza a coleta seletiva nem a reciclagem (MELLO, 2019).

Os dados coletados pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (2019) revelam que, em 2018, foram geradas no Brasil 79 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos, um aumento de quase 1% em relação ao ano anterior; desse total, 92% que equivale a 72,7 milhões, foram coletados e outros 6,3 milhões de toneladas não foram recolhidos junto aos locais de geração.

Percebe-se, então, que se a geração de resíduos sólidos hoje já é constante e crescente, imagine daqui há alguns anos com esse crescimento desordenado, a preocupação com o meio ambiente terá que tomar medidas estratosféricas, para conseguir manter algo do meio ambiente, consequentemente, ter como sustentar essa população (CORTEZ, 2016).

Consoante dados de Tocantins (2017), o diagnóstico de resíduos sólidos desse estado aponta que este é responsável pela produção mensal de 23.898,20 toneladas de lixo. Para a faixa populacional de até 5.000 habitantes é produzido 0,50 kg/hab/dia, de 5.001 a 2.5000 cerca de 0,53 kg/hab/dia, de 25.001 a 100.000 um quantitativo de 0,59 kg/hab/dia e acima de 100.001 um total de 0,78 kg/hab/dia.

De acordo com Tocantins (2017), o panorama de resíduos do estado, apontou que as regiões de Palmas, Araguaína, Gurupi e Paraíso foram responsáveis pela maior produção de resíduos. A primeira, correspondendo a 8.877,15 e a 37% da geração; a segunda, a 4.386,55 e a 18%;a terceira, a 2.304,86 e a 10%, e a última, a 1.482,40 e a 6%.

Com a grande concentração da população em áreas urbanas, haverá, consequentemente, o acréscimo e acúmulo de resíduos sólidos urbanos, somado ao seu manejo inadequado ou por vezes inexistentes e que são responsáveis por problemas sociais, de saúde pública e de ambientais. Por isso, há necessidade de práticas de gestão e de gerenciamento de resíduos sólidos urbanos ambientalmente adequados.

Assim, a política de resíduos sólidos agrega princípios e objetivos relacionados à visão sistêmica na gestão dos resíduos sólidos, que considere as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública, além de outros aspectos, como a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos e instrumentos de auxílio como o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos, os planos de resíduos sólidos e os órgãos colegiados municipais destinados ao controle social dos serviços de resíduos sólidos urbanos entre outros (BRASIL, 2010).

3. METODOLOGIA

Neste presente estudo, optou-se pela pesquisa de caráter exploratório e descritivo. De acordo com Fontelles et al. (2009), a pesquisa de caráter exploratório busca familiarizar o pesquisador com os fatos e fenômenos relacionados ao problema a ser estudado; a de caráter descritivo apresenta características da problemática estudada a partir da descrição dos fatos analisados.

Ainda, adota uma abordagem qualitativa, que de acordo com Barros e Lehfeld (2007), este tipo de pesquisa costuma ser direcionada ao longo de seu desenvolvimento; além disso, não busca enumerar ou medir eventos e, geralmente, não emprega instrumental estatístico para análise dos dados; seu foco de interesse é amplo e parte de um aspecto diferenciado da adotada pelos métodos quantitativos à subjetividade presente nas ações humanas.

A base de dados constituiu-se de pesquisa documental em sites governamentais (ver quadro um), a partir dos seguintes critérios de governo eletrônico: transparência pública e acesso à informação. Para Sá-silva; Almeida e Guindani (2009), o uso de documentos em pesquisas deve ser contemplado e valorizado. A vasta riqueza de informações que pode se extrair e resgatar justifica o seu uso em várias áreas das ciências humanas e sociais, porque possibilita ampliar o entrosamento de objetos de cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural.

Quadro 1. Identificação dos dez maiores municípios do Tocantins e de seus respectivos sites institucionais

Município	Link para acesso ao site da prefeitura
Palmas	https://www.palmas.to.gov.br/
Araguaína	https://www.araguaina.to.gov.br/portal/
Gurupi	http://www.gurupi.to.gov.br/
Porto Nacional	http://www.portonacional.to.gov.br/
Paraíso	https://www.paraiso.to.gov.br/
Araguatins	http://www.araguatins.to.gov.br/
Colinas	https://colinas.to.gov.br
Guaraí	http://guarai.to.gov.br/portal/
Tocantinópolis	https://tocantinopolis.to.gov.br/
Dianópolis	http://www.dianopolis.to.gov.br

Fonte: https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2018/08/29/veja-as-cidades-mais-populosas-e-as-menos-habitadas-do-tocantins-em-2017.ghtml (2019)

Em um primeiro momento, foi realizada visita aos sites apresentados no quadro um, com o intuito de verificar a disponibilidade do link que possibilita acesso

à secretaria da área ambiental do respectivo município tocantinense. Porém, após esta breve análise, verificou-se que apenas seis, dos dez maiores municípios tocantinenses, conforme matéria publicada pelo G1 notícias, disponibilizam este link.

A pesquisa considera, para a análise documental, as páginas das secretarias ambientais de Palmas, Araguaína, Gurupi, Porto Nacional, Colinas e Tocantinópolis. Para tanto, a coleta de dados foi realizada a partir de navegação orientada por meio de dimensões e itens de avalição específicos (ver quadro 2), conforme adaptação da pesquisa de Carniello (2015). Houve também registro de observações em formulário de registro de dados.

Quadro 2. Modelo de avaliação da transparência pública e o acesso a informação sobre resíduos sólidos em municípios

DIMENSÕES DE ANÁLISE	ITENS DE AVALIAÇÃO	DESCRIÇÃO	
Informações governamentais	Indicadores sociais, econômicos e ambientais do municípios		
	Legislação da área de resíduos sólidos (em nível nacional, estadual e municipal)		
	Plano da área de resíduos sólidos (em nível nacional, estadual e municipal)		
	Agenda de eventos da secretaria		
	Autoridades Responsáveis pela secretaria		
	Programas Governamentais da área de resíduos sólidos		
	Painel de notícias		
Controle Público	Arrecadação do município para a gestão de resíduos sólidos urbanos		
	Gastos Públicos com resíduos sólidos		

Fonte: Adaptado de Carniello (2015, p. 111)

Por fim, a análise de dados contou com a análise de conteúdo conforme categorias e prosseguiu da seguinte forma: pré-análise, exploração do material e o tratamento e interpretação dos dados (BARDIN, 1977).

4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS COLETADOS

Esta parte da pesquisa apresentará a análise e interpretação dos dados coletados. A pesquisa foi realizada por meio de análise do conteúdo disponibilizado por sites das prefeituras municipais.

4.1 Transparência pública

4.1.1 Arrecadação do município para a gestão de resíduos sólidos urbanos

De acordo com a análise realizada, não foi possível encontrar nada a respeito da arrecadação do município voltada à gestão de resíduos sólidos urbanos em nenhuma das páginas das dez secretarias ambientais. Os sites estudados apresentam dados a respeito da arrecadação do município em geral na página do portal da transparência, porém quando se trata de resíduos sólidos, este tipo de dado não é apresentado pelas páginas das respectivas secretarias. Costa et al. (2014) destacam que isso leva a um distanciamento de um nível mais satisfatório da informação disponibilizada pela administração pública. Assim, a falta de informação mais específica sobre a arrecadação municipal para a gestão de resíduos sólidos representa fragilidade da gestão.

4.1.2 Gastos públicos com resíduos sólidos

A observação do *corpus* mostrou que inexiste, nas seis páginas estudadas, um espaço destinado para informações relativas aos gastos públicos com resíduos sólidos. Isso demonstra fragilidade da gestão dos municípios em relação a aplicação de uma das exigências da política de resíduos sólidos, isto é, o controle social (BRASIL, 2010). Percebe-se, assim, uma deficiência, por parte dos municípios, relacionada à publicitação de dados e informações relacionadas a este contexto.

4.2 Informações governamentais

4.2.1 Indicadores sociais, econômicos e ambientais dos municípios

Em nenhuma das páginas analisadas existe informações referentes a indicadores sociais, econômicos e ambientais sobre resíduos sólidos. Klein; Gonçalves-Dias e Jayo (2018) identificaram em pesquisa no Alto Tietê que a inexistência deste tipo de informação prejudica a gestão de resíduos sólidos. Este tipo de informação é importante, para que a sociedade tome conhecimento dos

impactos dos resíduos sólidos para a saúde, sistema econômico, meio ambiente e sociedade. Assim, a ausência de informação pode prejudicar a obtenção de melhores resultados da implementação da política de resíduos sólidos.

4.2.2 Legislação ligada a resíduos sólidos em nível nacional, estadual e municipal

Nota-se, pela análise de dados, que os municípios estudados não apresentam acesso a legislação ligada a resíduos sólidos em nenhum dos três níveis de governo. Diante disso, é possível perceber um desinteresse por parte da administração pública em disponibilizar um link para acesso a legislações ligadas a resíduos sólidos. Portanto, Silva (2019) destaca que a ausência de informações a respeito de legislações relativas a resíduos sólidos é visto, por alguns autores, como um ponto limitador para uma gestão eficiente.

4.2.3 Plano da área de resíduos sólidos em nível nacional, estadual e municipal

A análise aponta que quatro (Palmas, Porto Nacional, Gurupi e Araguaína) das seis páginas das secretarias ambientais disponibilizam acesso ao plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos. Porém, percebe-se uma falta de acessibilidade, uma vez que só é possível acesso ao plano se houver uma busca pelo descritor “plano de resíduos sólidos” em espaço específico ou procurar aleatoriamente na respectiva página. Esta mesma dificuldade de acesso aos planos também é verificada por Klein; Gonçalves-Dias e Jayo (2018) em municípios da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê.

4.2.4 Agenda de eventos da secretaria

A partir do que foi coletado e analisado nos sites, a respeito deste item em particular, pode-se dizer que nenhum um desses disponibiliza a agenda de eventos da secretaria de meio ambiente. Sendo assim, fica complicado de acompanhar o trabalho dessas secretárias no decorrer dos dias. A partir da lei de acesso a informação, é possível notar um distanciamento dos municípios com relação à informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades públicas (BRASIL, 2011).

4.2.5 Autoridades Responsáveis pela secretaria

A identificação das autoridades responsáveis pela área ambiental dos municípios é realidade apenas em cinco (Palmas, Araguaína, Porto Nacional, Colinas e Tocantinópolis) das seis páginas estudadas. Dados semelhantes foram encontrados na pesquisa de Silva (2019), a qual revelou que a maior parte dos estados da região amazônica brasileira dispõem deste recurso.

4.2.6 Programas Governamentais da área de resíduos sólidos

Com a análise dos dados coletados nos sites, observa-se que apenas um município (Palmas) possui programas governamentais da área de resíduos sólidos. O que pode significar que os demais estão deixando de incentivar a comunidade a aderir um meio adequado de disposição desses resíduos, assim como a sustentabilidade por meio do reaproveitamento/reciclagem do lixo gerado pela comunidade. Ao analisar sites de municípios do sudoeste Goiano, Luciano e Carniello (2014) identificaram que a maior parte deles apresentam programas desenvolvidos pelas prefeituras. Por outro lado, isto representa dados diferentes quando se trata de resíduos sólidos, uma vez que apenas um município tratou disso em sua página.

4.2.7 Painel de notícias

Neste ponto, apenas três das seis páginas das secretarias ambientais (Palmas, Porto Nacional e Colinas) apresentam esta ferramenta de comunicação. A pesquisa de Luciano e Carniello (2014) analisaram sites governamentais de municípios do sudoeste goiano e, a partir disso, identificaram dados divergentes daqueles encontrados nesta pesquisa, uma vez que o painel de notícias está presente na maioria dos sites analisados. A ausência de notícias disponíveis nesse espaço impossibilita ao cidadão acesso a informações atualizadas e relevantes.

Ao pesquisar o descritor resíduos sólidos na barra de busca dos sites das prefeituras de Araguaína, Araguatins, Guaraí e Paraíso, é possível perceber que existe algumas notícias relacionadas a gestão de resíduos sólidos urbanos, mas nenhuma está em um espaço reservado para a área ambiental; são apresentadas de modo geral no painel de notícias do próprio site. Somente a busca realizada no site de Dianópolis que não encontrou nenhum resultado.

O que pode ser visto com o término desta análise é que, nem sempre as informações que o cidadão procura está em evidência em local de fácil acesso, o que pode levar a desistência de procurar dentro do site. O que pode ser observado em todos os sites, que chega a ser uma característica de todos, é que todos falam de transparência, porém a transparência que é publicizada é somente a respeito da arrecadação de recursos e gastos de recursos monetários. Com isso, acabam pecando na transparência em relação ao meio ambiente, não somente na área dos resíduos sólidos, como também na questão ambiental em geral.

Existe sites que não fornece nem a barra de pesquisa para facilitar o acesso do cidadão em sua busca, como é o caso do site de Araguaína, Colinas e Tocantinópolis. Outros oferecem página para acesso a secretária do meio ambiente, porém quando se acessa o local, não acha nada dentro do site, apenas nome do responsável, horário de atendimento e e-mail para entrar em contato, a exemplo, Araguaína.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou avaliar a estrutura da transparência pública e do acesso à informação, relativos a gestão de resíduos sólidos urbanos em sites institucionais de secretarias de meio ambiente de municípios tocantinenses. Assim, este estudo foi motivado, porque as tecnologias de informação e comunicação associadas aos princípios de governo eletrônico, bem como a implementação da política de resíduos sólidos, podem ampliar a efetividade da gestão e do gerenciamento de resíduos sólidos.

Apesar do controle social ser um dos princípios e objetivos priorizados pela política de resíduos, nota-se que a informação relativa a este contexto encontra-se distante de um nível mais satisfatório de qualidade, uma vez que a transparência pública não apresenta dados mais específicos a respeito do orçamento destinado a esta questão e, também, os gastos públicos realizados neste sentido. Este tipo de informação é importante, para que a sociedade em geral tome conhecimento do orçamento e dos custos relacionados a este contexto. É necessário a população ter acesso a estes dados, para saber quanto custa tratar resíduos e dar destino aos resíduos produzidos.

Neste mesmo sentido, a informação ligada a resíduos sólidos também encontra-se insuficiente, em muitos casos inexiste ou está incompleta. Dados e informações dos impactos dos resíduos sólidos para a sociedade, empresas e economia não são apresentados. Acesso a legislação do setor pela página da secretaria ambiental não é possível, porque inexiste um link que possibilite isso. Os planos de resíduos em nível municipal são de difícil acesso e em outros casos nem existe esta possibilidade.

Um ponto que pode levar a uma sensibilização da sociedade para participar das discussões e eventos da secretaria ambiental é a agenda de eventos, porém inexiste em todas as páginas estudadas. Outro destaque é a ausência de identificação dos gestores responsáveis pela área ambiental, bem como a falta de informações relacionadas aos programas desenvolvidos com vistas a implementação da política de resíduos. E, por fim, informações disponibilizadas em painéis de notícias existente em poucas páginas eletrônicas.

A transparência pública e o acesso à informação, quando se trata de resíduos sólidos, ainda são muito limitados. Não existe muitas informações relacionadas a

este contexto nas páginas analisadas. Um dos pontos verificados pelo estudo e que merece atenção é o fato de que a área ambiental não possui um espaço nos sites de algumas prefeituras. Acredita-se, assim, que a informação contida nesses sites está mais voltada a dados orçamentários e financeiros do município do que informações específicas sobre o enfrentamento da problemática em questão.

Esta pesquisa identificou que a gestão e o gerenciamento de resíduos sólidos precisa de olhares mais críticos dos governantes, com relação a disponibilidade de informação desta área. Isso, porque a informação neste contexto é deficiente e prejudica a implementação da política do setor.

É preciso, portanto, direcionar e redirecionar esforços no sentido de construir e reconstruir sites governamentais com informações específicas das agências governamentais. Além disso, a página deve ter um layout que possibilite ao usuário encontrar uma informação com mais facilidade. Assim, fica como sugestão para outras pesquisas, realizar esta análise em outros municípios brasileiros, para assim verificar se há disponibilidade de informações e dados da transparência pública sobre resíduos sólidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, B. M.; SILVA, F. C. A. DA.; SOUSA, T. P. DE**.** A era eletrônica da administração pública federal: desafios e evolução no cenário brasileiro**. Revista Vianna Sapiens**, v. 8, n. 2, p. 343, 13 dez. 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS. **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil 2018/2019**, 2019. Disponível em: http://abrelpe.org.br/panorama/. Acesso em 22 nov. 2019.

BALBE, R. da S. Uso de tecnologias de informação e comunicação na gestão pública: exemplos no governo federal. **Revista do Serviço Público - RSP**, v. 61, n. 2, p. 189-209, 2010.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, A. J.da S.; LEHFELD, N. A. de S. **Fundamentos de metodologia cientifica**. 3 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BAIRRAL, M. A. da C.; SILVA, A. H. C.; ALVES, F. J. dos S. Transparência no setor público: uma análise dos relatórios de gestão anuais de entidades públicas federais no ano de 2010. **Revista de Administração Pública**, v. 49, n. 3, p. 643-675, 2015.

BRASIL, Presidência da república do. **Lei nº 12.305**, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasília, 2010.

BRASIL, Presidência da república. **Lei° 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º , no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília 2011.

BRASIL, Presidência da república. **Lei complementar nº 131, de 27 de maio de 2009**. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Brasília 2009.

CAMPOS, R.; PAIVA, D.; GOMES, S. Gestão da informação pública: um estudo sobre o Portal Transparência Goiás. **Sociedade e Estado**, v. 28, n. 2, p. 393-417, 2013.

CARNIELLO, M. F. Proposta metodológica de avaliação de comunicação governamental digital. **Revista Observatório**, Palmas, v. 1, n. 2, p. 101-116, Set./Dez. 2015.

CORTEZ, A. T. C. Aplicação de métodos e técnicas sustentáveis na gestão de resíduos sólidos. **GeoGraphos**, v. 7, n. 87, p. 1-27, jun. 2016.

COSTA, L. A.; OLIVEIRA, P. C. de.; DANDOLINI, G. A.; SOUZA, J. A de. Adoção de tecnologias de serviços de governo eletrônico: análise de estudos quantitativos no âmbito internacional. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 398-414, mai. 2014.

CRUZ, C. F.; FERREIRA, A. C. de S.; SILVA, L. M. da.; MACEDO, M. Á. da S. Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 1, p. 153-176, 2012.

DIAS, R. de B. Governo eletrônico: ferramenta democrática ou instrumento do neoliberalismo? **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 8, n. 15, p. 30-44, 2012.

DINIZ, E. H.; BARBOSA, A. F.; JUNQUEIRA, A. R. B.; PRADO, O. O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, p. 23-48, 2009.

FONTELLES, M. J.; SIMÕES, M. G.; FARIAS, S. H.; FONTELLES, R. G. S. Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. **Revista Paraense de Medicina**, v. 23, n. 3, p. 1-8, 2009.

FIGUEIREDO, V. Da S.; SANTOS, W. J. L. dos. Transparência e controle social na administração pública. **Temas de Administração Pública**, v. 8, n. 1, 2013.

KLEIN, F. B.; GONÇALVES-DIAS, S. L. F.; JAYO, M. Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos nos Municípios da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê: Uma Análise sobre o Uso de TIC no Acesso à Informação Governamental. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 10, n. 1, p. 140-153, jan./abr., 2018.

SANTANA JUNIOR, J. J. B. de.; LIBONATI, J. J.; VASCONCELOS, M. T. de C.; SLOMSKI, V. Transparência fiscal eletrônica: uma análise dos níveis de transparência apresentados nos sites dos poderes e órgãos dos Estados e do Distrito Federal do Brasil. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 3, n. 3, p. 62-84, 2009.

LOUREIRO, M. R.; TEIXEIRA, M. A. C.; PRADO, O. Construção de instituições democráticas no Brasil contemporâneo: transparência das contas públicas. **Organizações & Sociedade**, v. 15, n. 47, p. 107-119, 2008.

LUCIANO, R. da C.; CARNIELLO, M. F. Tecnologia de Informação e Comunicação na Gestão Pública nos Municípios do Sudoeste Goiano. **Estudos em Comunicação**, nº 17, p. 117-142, dez. 2014.

LUCIANO, R. da C. **A tecnologia de informação e comunicação na gestão pública nos municípios do sudoeste goiano**. 2014. 201p. Dissertação (Mestrado

em Gestão e Desenvolvimento Regional) - Programa de Pós-Graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional, Universidade de Taubaté, São Paulo, 2014.

MEDEIROS, P. H. R.; GUIMARÃES, T. de A. **Rev. Adm. Empres.**, São Paulo, v. 46, n. 4, p. 66-78, out./dez. 2006.

MELLO, Fábia dos Santos. **A implantação da política pública para os resíduos sólidos urbanos recicláveis**: o coleta Palmas.2019. 125p. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente, Tocantins, 2019.

MENDES, R. da C.; OLEIRO, W. N.; QUINTANA, A. C. A contribuição da contabilidade e auditoria governamental para uma melhor transparência na gestão pública em busca do combate contra a corrupção no Brasil. **SINERGIA**, Rio Grande, v. 12, n. 2, p. 37-48, 2008.

NEPOMUCENO, F.; FOGAÇA, F. Plataformas Online de Gestão Pública como Oportunidades de Participação Cidadã: Um Estudo de Revisão Bibliográfica. **Revista Internacional de Debates da Administração & Pública - RIDAP**, v. 3, n. 1, p. 188-198, nov. 2018.

NETO PLATT, O. A.; CRUZ, da F.; ENSSLIN, S. R.; ENSSLIN, L. Publicidade e transparência das contas públicas: obrigatoriedade e abrangência desses princípios na administração pública brasileira. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 18, n. 1, p. 75-94, 2007.

PRADO, O.; LOUREIRO, M. R. G. Governo eletrônico e transparência: avaliação da publicização das contas públicas das capitais brasileiras. **Revista Alcance**, v. 13, n. 3, p. 355-372, 2006.

PRZEYBILOVICZ, E.; CUNHA, M. A.; MEIRELLES, F. de S. O uso da tecnologia da informação e comunicação para caracterizar os municípios: quem são e o que precisam para desenvolver ações de governo eletrônico e smart city. **Revista de administração pública**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 4, p. 630-649, jul./ago. 2018.

REZENDE, D. A.; FREY, K. Administração estratégica e governança eletrônica na gestão urbana. **Revista Eletrônica de Gestão de Negócios**, v. 1, n. 1, p. 51-59, 2005.

REZENDE, A. D.; GUAGLIARDI, J. Augusto. Sistemas de Informação e de Conhecimentos para contribuir na gestão municipal. **Revista Produto & Produção**, v. 8, n. 3, p. 45-61, 2005.

SILVA, E. R. G. da.; ROVER, A. J. O governo eletrônico como política pública participativa com os observatórios de segurança pública. In: ROVER, A.; GALINDO, F. (Orgs.)**. O governo eletrônico e suas múltiplas facetas**. Zaragoza: Prensas Universitárias de Zaragoza, 2010. p. 329-343.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. de; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista brasileira de história & ciências sociais**, v. 1, n. 1, 2009.

SILVA, L. B da S. **A Comunicação Governamental e as Capacidades Estatais em Contextos de Governança de Resíduos Sólidos na Amazônia Legal**. 2019. 120p. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Sociedade), Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade, Universidade Federal do Tocantins, Tocantins, 2019.

TOCANTINS, Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do. **Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Tocantins**. Tocantins: ECOTÉCNICA, 2017. 427p.

TRAPP, Claudete Terezinha**. A influência das especificidades das organizações públicas na implementação da gestão de processos**. 2011. 113p. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa, Rio de Janeiro, 2011.